

Produção de leite está em queda e abate para carne em alta

A produção de leite nos Açores continua em queda, com o mês de Janeiro a registar 47,9 milhões de litros na entrega das fábricas, menos do que os 48,3 registados no mesmo período do ano passado.

S. Miguel regista um ligeiro aumento, assim como a ilha de S. Jorge, mas o destaque vai para as grandes quedas de produção no Faial, de 989,8 mil litros para 67,3, e Pico, de 418 para 411 mil litros.

Prejuízos de milhões de euros

A baixa de preço do leite tem resultado numa diminuição da produção, “que tenderá a agravar-se face à constante degradação do preço de leite que se vem registando na região”, alerta Jorge Rita.

A Federação Agrícola dos Açores, presidida por Jorge Rita, diz acreditar “convictamente na fileira do leite”, mas alerta que “as estratégias



adoptadas pela indústria constituem uma constante ameaça ao seu futuro”.

Recorde-se que, em 2022, o ano fechou com uma quebra histórica na

produção de leite, menos 40 milhões de litros do que no ano anterior, enquanto que no ano passado os produtores estimam um prejuízo de 30 milhões de euros.

Leite para consumo também em queda

O leite para consumo também tem vindo a decair na Região, sendo em Janeiro de 8,8 milhões de litros, quando no ano passado atingia os 9,1.

Ainda entre os produtos lácteos, destaque para as quedas, em Janeiro deste ano, de leite em pó, manteiga, iogurte e queijo.

A produção de natas foi o único produto que aumentou.

Já o abate de gado para produção de carne continua em alta, passando de 2,200 toneladas para 2,281.

A carne de bovino regista um crescimento, enquanto que a de suíno e de aves registam uma diminuição.

OSP entre continente e Açores não satisfaz populações do Pico e Faial

O Governo da República lançou um novo concurso para as obrigações de serviço público (OSP) nas ligações aéreas entre o continente e os Açores, reforçando o número de voos e os lugares disponíveis, mas os utentes dos aeroportos estão insatisfeitos.

De acordo com o caderno de encargos, as companhias aéreas que pretenderem concorrer a este concurso, que prevê indemnizações compensatórias no valor de 45 milhões de euros (pelo período de cinco anos), terão de efectuar, obrigatoriamente, mais ligações do que aquelas que estavam previstas no concurso anterior.

O Governo da República exige o mínimo de seis frequências semanais na rota Lisboa/Horta/Lisboa durante o Verão IATA e de quatro durante o Inverno, ao passo que, na rota Lisboa/Pico/Lisboa, as companhias terão de efectuar três viagens por semana durante o Verão e, pelo menos, duas durante o Inverno.

Apesar dos reforços das ligações aéreas, os representantes dos grupos de cidadãos do Aeroporto da Horta e do Aeroporto do Pico entendem que o número mínimo de viagens previsto no caderno de encargos é inferior à média de viagens que já existe actualmente.

“Claramente não satisfaz! Nós, neste momento, já temos dez voos semanais no Verão, temos a exigência de 14 voos semanais e aquilo que nos oferecem são apenas seis voos”, lamenta o porta-voz do

Grupo Aeroporto da Horta, Djalme Vargas, lembrando que, no ano passado, a rota Lisboa/Horta/Lisboa disponibilizou durante o Verão 75 mil lugares, mas agora o caderno de encargos prevê apenas 50 mil.

Também Bruno Rodrigues, do Grupo Aeroporto do Pico, lembra que o número de viagens e de passageiros transportados para a “ilha montanha” (onde fica situado o ponto mais alto de Portugal, com 2.351 metros de altitude) é muito superior ao previsto no caderno de encargos.

“A nossa preocupação é que tem havido um progresso, nos últimos anos, no número de lugares disponíveis para o Aeroporto do Pico. Actualmente, já existem cinco voos semanais nos meses altos do verão, mais dez para o Faial, e havia a expectativa de que esse número de voos ainda pudesse aumentar”, releu Bruno Rodrigues.

Voos adicionais nas festas

O caderno de encargos das obrigações de serviço público prevê, no entanto, a realização de voos adicionais para fazer face ao “tráfego extraordinário” que possa ser gerado em algumas rotas, nomeadamente por altura de “festividades religiosas ou eventos desportivos ou culturais”, mas acrescenta que a taxa de ocupação nesses voos “não deverá ser inferior a 75%”.

Além das rotas Lisboa/Horta/Lisboa e Lisboa/Pico/Lisboa, o ca-



derno de encargos inclui ainda a operação Lisboa/Santa Maria/Lisboa, com a obrigação de duas viagens semanais durante todo o ano, e ainda as ligações Funchal/Ponta Delgada/Funchal e Funchal/Terceira/Funchal, esta última introduzida agora, pela primeira vez.

O caderno de encargos determina também que tipo de aeronave deve ser utilizada nestas rotas de serviço público que, à excepção da ligação Funchal/Ponta Delgada (actualmente operada por um avião turbo-hélice, Dash Q 400, da SATA Air Açores), têm de ser asseguradas com um turboreator, como o A320, da Azores Air Lines.

As exigências impostas pelo Governo da República neste novo concurso aplicam-se também à oferta de carga, que deve ser de, pelo me-

nos, 1.000 toneladas na rota Lisboa/Horta, durante o verão, 30 toneladas nas rotas Lisboa/Pico e Lisboa/Santa Maria, e 124 toneladas entre Funchal e Terceira.

Na rota Funchal/Ponta Delgada não estão definidos valores mínimos de transporte de carga.

O concurso lançado pela República mantém o valor mínimo de 134 euros para uma passagem aérea de um residente nos Açores, entre o arquipélago e o continente, e de 99 euros para um estudante.

Nos Açores, as ligações aéreas Lisboa/Ponta Delgada/Lisboa e Lisboa/Terceira/Lisboa não são abrangidas pelas obrigações de serviço público, uma vez que essas rotas são liberalizadas, isto é, podem ser operadas por qualquer companhia aérea, em regime concorrencial.